



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Instituto Federal do Espírito Santo

## **Ata da reunião do Colégio de Dirigentes do Ifes**

**22 maio de 2020**

No dia vinte e dois de dois mil e vinte, reuniu-se o Colégio de Dirigentes do Instituto Federal do Espírito Santo, às nove horas, por webconferência, sob presidência do Reitor, Jadir José Pela, com a presença dos seguintes membros: da Pró-reitoria de Ensino, sra. Adriana Piontkovsky Barcellos; da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional, sr. Luciano Toledo; da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, sr. André Romero da Silva; da Diretoria de Tecnologia da Informação, sr. Johnathan Dezan Vago; da Diretoria Executiva, sra. Danielli Veiga Carneiro Sondermann; da Diretoria de Gestão de Pessoas, sr. Pablo Panetto; do Gabinete da Reitoria, sra. Wanessa Gonçalves; do campus Alegre, sra. Maria Valdete Santos Tannure; do campus Aracruz, sr. Leandro Bitti Sant' Anna do campus Barra de São Francisco, sr. José Alexandre Gadioli; do campus Cachoeiro do Itapemirim, sr. Edson Maciel Peixoto; do campus Cariacica, sr. Lodovico Ortlieb; do Centro de Referência em Formação e em Educação à Distância, sra. Mariella Berger Andrade; do Centro de Referência em Educação Empreendedora e Inovação Aberta, sr. Tadeu Pissinati Sant'Anna; do campus Centro-Serrano, sr. Wagner Poltroniere Entringer; do campus Colatina, sr. Octávio Cavalari Júnior; do campus Guarapari, sr. Gibson Dall'Orto Muniz da Silva; do campus Ibatiba, sr. Eglon Rhuan Salazar Guimarães; do campus Itapina, sr. Fábio Lyrio; do campus Linhares, sra. Sandra Mara Mendes da Silva Bassani; do campus Montanha, sra. Cláudia Cunha; do campus Nova Venécia, sr. Anderson Rozeno Bozzetti Batista; do campus Piúma, sr. Marcelo Polese; do campus Santa Teresa, sra. Walkyria Barcelos Sperandio; do campus São Mateus, sr. Aloísio Ramos da Paixão; do campus Serra, sr. José Geraldo Neves Orlandi; do campus Venda Nova do Imigrante, sr. Aloísio Carnielli; do campus Viana, sra. Regiane T. Amaral; do campus Vila Velha, sr. Diemerson Saquetto; do campus Vitória, sr. Hudson Luiz Côgo; do Polo de Inovação Vitória, sr. Marcelo Lucas. Presidente abre a reunião, lê a minuta de pauta com os seguintes itens: **1. Informes; 2. Apresentação site Remoção Interna de servidores do Ifes; 3. Apresentação da proposta de protocolo de saúde e segurança do trabalho para o retorno às atividades presenciais do Ifes; 4. Apreciação da Minuta de Resolução de Estágio Probatório Docente; 5. Apreciação da Minuta de Regulamento da Prestação Institucional de Serviços Técnico-Científicos do Ifes; 6. Apreciação da Proposta de regulamentação da atuação de Professor Voluntário no Instituto Federal do Espírito Santo; 7. Apreciação do Regulamento do relacionamento entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes) e suas fundações de apoio; 8. Solicitação de alteração do número de vagas dos Cursos Técnicos do Campus Ibatiba; 9. Apreciação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho concomitante ao Ensino Médio do Campus Colatina; 10. Apreciação da solicitação de alteração do período de ingresso no Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática concomitante ao Ensino Médio do Campus Colatina; 11. Apreciação da solicitação de alteração no regime de entrada do Curso Técnico em Edificações concomitante ao Ensino Médio do Campus Colatina; 12. Apreciação da solicitação de alteração do número de vagas do Curso Técnicos do Campus Barra de São Francisco; 13. Apreciação da solicitação de alteração do número de vagas dos Cursos Técnicos do Campus Nova Venécia; 14. Apreciação da solicitação de alteração do número de vagas dos Cursos Técnicos do Campus Cariacica; 15. Apreciação da solicitação de alteração de turno do Curso Superior de Tecnologia em Logística do Campus Viana;**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Instituto Federal do Espírito Santo

**16; Apreciação da solicitação de alteração do curso técnico em Mecânica concomitante do Campus Guarapari;**  
**17. Apreciação do PPC - Licenciatura em Ciências da Natureza - Campus Guarapari. A seguir relata a inserção de mais um item, o 18, que tratará das questões de conectividade dos alunos do Ifes. O dirigente Fábio Lyrio relata a intenção de relatar dois itens relativos a atividades não presenciais. O Presidente, a fim de contemplar o pedido do dirigente Fábio Lyrio, passa o item 1 para o fim da reunião, especificando que o evento será dividido em dois blocos de 3 horas. A seguir abre o item 2 e passa a palavra para o pró-reitor Luciano que explica que o produto é consequência de um esforço enorme, destacando que era notório a insatisfação com a regra de remoção que era vigente. Explica que foi instituída uma comissão para tratar desse assunto, cujo trabalho foi muito bem feito e que vai ao encontro das demandas da reitoria itinerante. Relata que a resolução foi aprovada no Conselho Superior e assim, era necessário colocá-lo em operacionalização, visto que a regra define que 100% dos cargos vagos no Ifes devem passar por remoção interna antes de concurso publico ou redistribuição. A seguir passa a palavra para os servidores Guilherme e Beatriz representam, respectivamente, comissão, no cargo de presidente, e a ACS. A servidora Beatriz declara que o servidor Clauber foi o responsável pela programação visual, destacando que a credibilidade, a transparência foram conceitos e diretrizes na concepção, e pelos quais é representada a intenção de dar garantia, robustez ao processo, explicando que, por receio da proposta ficar perdida no site do Ifes, decidiu-se criar um domínio próprio, com informações estruturadas. O servidor Guilherme dá detalhes do domínio, explicando a utilização por parte do usuário e enfatiza que tudo está preparado para atender a resolução de remoção aprovada pelo Conselho Superior. O dirigente Hudson questiona que, por não ter link de acesso ao interessado na vaga, como sabe quem é o servidor. O servidor Guilherme explica que ficará disponível apenas o nome do servidor, o cargo e o interesse, para que assim as permutas sejam facilitadas, para acessar o currículo do candidato, apenas no Sig. O pró-reitor Luciano relata que as informações do Sig serão encaminhadas à chefia imediata. O dirigente Octávio, ao parabenizar o trabalho, pontua que, neste momento, o processo seja aberto apenas para permutas, pois, devido ao quadro atual de impedimento de concurso e provimento, haverá servidores que conseguiram a remoção mas não poderão serem removidos. O pró-reitor Luciano destaca que não sabe se o Presidente sancionou a lei que define essas restrições de provimento de cargo, enfatizando que tem também a restrição orçamentária, pois os recursos estão contingenciados no projeto de lei. O diretor Pablo destaca que o cenário não mudou, explicando que foi aprovado um acréscimo do orçamento que dá perspectiva de se contratar substituto, e o MEC passaria o repasse posteriormente. E afirma que a resolução é clara, ou seja, a remoção só será efetivada com a chegada do novo servidor. O pró-reitor Luciano destaca que é melhor manter os cargos desocupados, lançar no portal as permutas, e assim, só lançar as chamadas de remoção com a segurança orçamentária. O dirigente Carnielli reforça a necessidade de se deixar claro que só sai quando alguém chegar, pois esse é o maior problema, visto que quando as pessoas querem ir, criam problemas e dificuldades a fim de facilitar ou acelerar o processo de remoção. O dirigente Leandro declara que há processos abertos antes da resolução, acordos feitos, e que essas remoções só não foram finalizadas porque não tinha concurso aberto. O diretor Pablo declara que os processos só não foram encerrados pela impossibilidade de provimento dessas vagas no momento. O pró-reitor Luciano tranquiliza os dirigentes ao afirmar que os processos estão sendo analisados com critérios e com segurança, para que as normas institucionais sejam cumpridas mesmo se houver judicialização posterior. O Colégio de Dirigentes se manifesta favorável ao site de remoção do Ifes. O**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Instituto Federal do Espírito Santo

Presidente abre o **item 3** e passa a palavra para o pró-reitor Luciano que relata que as discussões sobre o assunto estão no estágio inicial, a pauta está sendo desenvolvida, destacando que a equipe da CASS, coordenada pela servidora Carla, está a frente desse processo, e que os servidores Bruno e Marton têm liderado essas ações. Explica que o Ifes concentrou as energias na segurança do trabalho, possibilitando a produção, mesmo que em estágio inicial, de um documento muito robusto, e que após aprovação deste protocolo, será iniciado o processo de aquisição de EPI's, enfatizando que esse protocolo auxiliará o retorno das atividades presenciais que, infelizmente, não serão da maneira que a instituição estava acostumada. O Presidente destaca que o protocolo de retorno também é assunto debatido no Conif, e que a discussão, em nível nacional, também inclui a Setec. Informa que o Fórum de Bibliotecários também produziu um documento que pode ser muito útil neste momento. O pró-reitor Luciano, por participar de grupo de trabalho do Conif e coordenar o Fórum de Dirigentes Institucionais da Rede, confirmar as discussões em nível nacional e explica que a minuta de protocolo é geral, por isso, não se deve trazer as demandas para ele. O servidor Bruno relata que fará uma leitura da minuta, deixando os participantes à vontade para fazerem suas considerações. A dirigente Sandra manifesta sua preocupação quanto à impressão de materiais descrita no protocolo, mais especificadamente no prazo estipulado de 5 dias para descansar o material, pois se o objetivo do descanso é eliminar o vírus, no processo de impressão o papel já passa por alta temperatura, e se o servidor tomar dos os cuidados, a possibilidade de contaminação pós-impressão, é mínima, não sendo necessário esse descanso. O servidor Bruno esclarece que a ideia não é engessar o documento, destacando que se as medidas de segurança forem tomadas, a possibilidade de contágio fica muito pequena, não haveria um grande risco para isso. O pró-reitor Luciano explica que o que foi registrado no documento é uma visão técnica, trabalhando em primeiro lugar com a segurança e depois com a operacionalidade. O dirigente Hudson relata que apresentará um documento elaborado por uma comissão interna do campus para que, posteriormente, os dirigentes avaliem a pertinência destas contribuições, enfatizando que a intenção de tornar o documento principal mais rico. O dirigente Marcelo Polese relata que a comissão do campus Piúma que trata das APNP's está muito insegura quanto a segurança de transmissão com a entrega de materiais impressos, destacando algumas dúvidas: protocolo de desinfecção de materiais impressos a serem entregues aos estudantes? - EPIs para os servidores que entregarão os materiais? Desinfecção do automóvel que fará as entregas? - Servidores que farão as entregas? O pró-reitor Luciano explica que as dimensões tratadas no documento foram trazidas pela nota técnica, informando que irá responder essas questões posteriormente. O dirigente Octávio questiona se o protocolo tramitará no Conselho Superior. O Presidente explica que, diante da celeridade que as providências exigem por causa da realidade dinâmica e excepcional, pretende-se emitir uma portaria como documento inicial, acrescentando que nada impede que, posteriormente, o documento seja encaminhado ao Conselho Superior. O dirigente Edson questiona se a possibilidade de relativização explicada pelo Bruno no caso da dirigente Sandra constará no protocolo. O Presidente enfatiza que todas as contribuições do Colégio de Dirigentes serão consideradas. A servidora Carla explica que a intenção é aprimorar um documento inicial, destacando a grandiosidade do desafio com pausa da ausência de referência sobre o assunto. Informa que é um período de aprendizado, por isso o texto não é conclusivo. O dirigente Leandro destaca a avaliação do trabalho presencial, e o segundo ponto, a operacionalização nos campi dos documentos internos, enfatizando a possibilidade de relativização da resposta dos cinco dias de impressão de documentos. O dirigente Octávio solicita que no texto da portaria dê margem para



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Instituto Federal do Espírito Santo

essas relativizações, por exemplo os campi de internato. O pró-reitor Luciano, ao considerar as manifestações, sugere que não seja publicado uma portaria no momento, que seja aprimorada a discussão, e trazer a nova minuta para uma reunião posterior. O dirigente Leandro sugere inserir as contribuições do Hudson, dele, do Edson, da Walkyria, e fazer uma análise do Fórum de Diretores-gerais. A dirigente Walkyria relata a necessidade de se inserir muitas dimensões do Ifes, por isso seria importante publicar um documento mais amplo. O dirigente Fábio Lyrio destaca que o anexo C também precisa ser relativizado para os campi agrícolas, uma vez que o dimensionamento por área não é o ideal. O servidor Bruno esclarece que esse documento é embrionário e recomendativo, com a intenção de receber dos dirigentes críticas e sugestões, e assim trabalhar pontualmente com os diretores de campi, destacando que o texto vai sofrer muitas alterações. O pró-reitor Luciano destaca que a aquisição de EPI's depende da aprovação do protocolo. A dirigente Sandra enfatiza a importância da compra de EPIs . O dirigente André Sampaio destaca que o foco urgente é o protocolo para impressão e entrega, os demais podem ser discutidas no Fórum de Diretores-gerais. O pró-reitor Luciano explica que enviará os documentos para o Fórum de Diretores-gerais, trabalhando a relativização das orientações de impressão, destacando que a questão de impressão fica para gestão, e não como nota técnica do documento. O Presidente agradece a elaboração do documento que sofrerá muitas alterações, destacando que as pessoas podem contribuir para que assim o documento seja aperfeiçoado, enfatizando que haverá vários protocolos daqui para frente. A dirigente Valdete informa que o campus Alegre conseguiu com o correio embalagem do sedex para enviar os materiais e constando o endereço do campus para o retorno, constituindo uma logística reversa em que o próprio campus vai fazer o pagamento. A pró-reitora Adriana informa que o protocolo dos bibliotecários já estava pronto e que será encaminhado ao Fórum dos Diretores-gerais, e depois das considerações dos dirigentes, verifica-se se institucionalmente como ele vai compor o protocolo geral. Destaca que muitas questões a serem estudadas, exemplificando os refeitórios e também a organização do envio de diplomas, neste caso, informa que o carro da reitoria está à disposição para levar para os campi. O Presidente solicita que o Fórum de Diretores-gerais coloque esse assunto em pauta o mais rápido possível para que o Ifes possa dar seguimento à discussão. A seguir abre o **item 4** e passa a palavra para a dirigente Maria Valdete que explica que os trechos destacados em vermelho são sugestões da relatoria. Detalha que, no cabeçalho foram incluídas normativas que não estavam citadas no documento original. Relata que no artigo 1º. houve uma união entre o parágrafo primeiro com o artigo primeiro, lendo o texto final. Apresenta as alterações no artigo 2º. e faz a leitura. A seguir, faz a leitura do artigo 3º., e apresenta a versão modificada, justificando as alterações. Apresenta as alterações dos itens no artigo 6º., no artigo 7º., explicando as alterações. O pró-reitor Renato Tannure solicita que haja o nada consta da diretoria de pesquisa e extensão. O diretor Pablo declara que o artigo 10 tem que constar de acordo a exigência legal. A dirigente Valdete relata que houve uma inversão do artigo 11 com o artigo 12 que teve seu parágrafo único desmembrado em 2 parágrafos. O Colégio de Dirigentes manifesta-se favoravelmente à minuta de estágio probatório docente. O Presidente abre o **item 5** e passa a palavra para o dirigente Diemerson que relata que a proposta representa um passo muito importante no Ifes, a partir de compromisso com a sociedade, com entrega institucional que são os alunos egressos. Destaca que havia uma demanda antiga de alinhamento com o setor produtivo, enfatizando a dificuldade em se manter essa aproximação para além dos serviços de pesquisa, extensão e ensino. Declara que, após conversas com a pró-reitoria de extensão, foi possível verificar que o documento extrapola uma gama de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Instituto Federal do Espírito Santo

decretos de direito financeiro, carta de serviços, concessão, carga horária, e também as questões pecuniárias, por isso, pede vistas e assim, retirar esse documento de pauta, solicitando que ele seja analisado pelo Fórum de Diretores-gerais. O pró-reitor Renato Tannure sugere que a câmara de extensão também participe das discussões no Colégio de Dirigentes. O dirigente Diemerson aproveita para fazer algumas considerações sobre a minuta e explica que é necessário acrescentar fluxogramas de pedidos, e que no artigo 13, expor como será o alinhamento, enfatizando que, até passar para os diretores-gerais tem muitas contrapartidas. Relata que a partir do artigo 15 é normatizado os termos de cooperação técnica e de remuneração de carga, solicitando que se faça um alinhamento junto com a Proex. O pró-reitor Renato Tannure relata que o trabalho que exigiu muita dedicação, destacando a participação do professor Cristian e do diretor Rodolfo. Com relação a ON, explica que a normativa visa dar mais agilidade aos processos e aos instrumentos, destacando que não é uma regulamentação de atividade esporádica de DE, pois a prestação de serviço não é colaboração esporádica de DE, explicando que ações institucionais em conjunto com o interesse privado demandam no mínimo o ressarcimento de custos. Explica que não há uma prática consolidada de estimativa de custos e por isso é necessário um suporte administrativo para isso. Por último, sugere que os professores da câmara de extensão, Gadioli, Anderson e Lodovico, também participem da discussão. O dirigente Diemerson declara que, apesar de estar feliz com a minuta, é necessário um avanço, por isso, o pedido de vistas visam fazer as adequações legais que demandam muito mais tempo de discussão. Destaca que colocar em proximidade com o setor produtivo, abrindo os laboratórios e expertise para maior proximidade para onde a instituição encaminha o aluno, vai beneficiar em muito nossa instituição. O Colégio de Dirigentes concorda com a proposta do dirigente Diemerson e o processo será encaminhado ao Fórum de Diretores-gerais. O Presidente abre o **item 9** e o dirigente Octávio destaca que é um deslocamento de professores, visto que o curso já foi ofertado antes no campus. O Colégio de Dirigentes se manifesta favoravelmente ao **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho concomitante ao Ensino Médio do campus Colatina. O Presidente abre o item 10 e passa a palavra para o dirigente Octávio que relata que o curso é oferecido no início do ano e assim, passa a ter os técnicos concomitantes no meio do ano e os integrados no início do ano. O Colégio de Dirigentes se manifesta favoravelmente à solicitação de alteração do período de ingresso no Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática concomitante ao Ensino Médio do Campus Colatina. O Presidente abre o item 11 e passa a palavra para o dirigente Octávio que relata que a causa da alteração é a mesma do item anterior. O Colégio de Dirigentes se manifesta favoravelmente a solicitação de alteração no regime de entrada do Curso Técnico em Edificações concomitante ao Ensino Médio do Campus Colatina. O Presidente abre o item 13 e passa a palavra para o dirigente Anderson que relata que a alteração é referente ao número de vagas do curso integrado. O Colégio de Dirigentes se manifesta favoravelmente à solicitação de alteração do número de vagas dos Cursos Técnicos do Campus Nova Venécia. O Presidente abre o item 14 e passa a palavra para o dirigente Lodovico que relata que a solicitação visa alterar o número de vagas dos Cursos Técnicos em Administração integrado ao Ensino Médio, em Manutenção de Sistemas Metroferroviários integrado ao Ensino Médio e em Portos integrado ao Ensino Médio, ou seja, alteração das Resoluções do Conselho Superior nº 181/2016, 182/2016 e 55/2015, passando de 36 (trinta e seis) para 72 (setenta e duas) vagas. O Colégio de Dirigentes se manifesta favoravelmente à solicitação de alteração de quantidade de vagas oferecidas para os cursos técnicos integrados do campus Cariacica. O Presidente abre o item**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Instituto Federal do Espírito Santo

12 e passa a palavra para o dirigente José Gadioli que relata que a solicitação visa alterar o numero de vagas de 36 para 40 curso técnico de administração, visto a grande procura e também pelo impacto positivo na matriz orçamentária. O Colégio de Dirigentes se manifesta favoravelmente à **solicitação de alteração do número de vagas do Curso Técnicos do Campus Barra de São Francisco. O Presidente abre o item 15 e passa a palavra para a dirigente Regiane** faz um breve relato do histórico de criação e evolução do campus Viana e afirma que a solicita visa mudar o turno tecnólogo em logística para o turno matutino. O Colégio de Dirigentes se manifesta favoravelmente à **solicitação de alteração de turno do Curso Superior de Tecnologia em Logística do Campus Viana. O Presidente abre o item 16 e passa a palavra para o dirigente Gibson** que houve demanda da reitoria para ofertar cursos EJA para se atender a legislação, assim, em pareceria com a prefeitura haverá um curso de qualificação profissional, resumindo, entrada de concomitante e uma de EJA para atender as comunidades carentes. O Colégio de Dirigentes se manifesta favoravelmente à **solicitação de alteração do curso técnico em Mecânica concomitante do Campus Guarapari. O Presidente abre o item 17 e passa a palavra para o dirigente Gibson** que **informa a realização de uma** pesquisa pela qual verificou-se a viabilidade de demanda para o curso de licenciatura em natureza, destacando que o formando vai poder atuar no ensino fundamental para química, física, e biologia, e que o campus dará ênfase para biologia. Relata que o campus vai precisar de dois professores de biologia para 2023, e reforça que somente o Espírito Santo, dentre todos os estados brasileiros, não ofertava esse curso. O pró-reitor de Extensão, Renato Tannure, apontou a necessidade de incluir a RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018 na parte de lista a legislação; de especificar no documento como será cumprida a exigência de 10% da carga horária total do curso em atividades curriculares de extensão, indicando quais são os componentes curriculares e a quantidade de carga horária de extensão em cada um deles; de demonstrar como as ações de extensão do campus se articulam com os componentes curriculares que possuem atividades de extensão em seu escopo; e finalmente de tomar como base a definição e diretrizes da extensão que constam no PPC do Ifes. O Colégio de Dirigentes se manifesta favoravelmente à oferta do Curso de Ciências da Natureza, destacando que os pontos expostos pelo pró-reitor Renato Tannure sejam apresentados e discutidos no CEPE. O Presidente abre o **item 7** e passa a palavra para o dirigente Eglon que explica que a minuta aponta os caminhos entre relacionamento do Ifes e das fundações de apoio, destacando que, atualmente, somente há uma fundação, ou seja, a Facto. Esclarece que a instituição tem um regulamento que trata desse assunto, no entanto, ele já ultrapassado tanto nas questões legais quanto nas operacionais. Relata que ao analisar a minuta, elaborou algumas ponderações e teve muitas dúvidas, informando que o pró-reitor Luciano esclareceu muitos pontos, possibilitando um melhor entendimento do documento. Assim, explica que a relatoria terá como foco os pontos em que devem ser melhorados ou alterados. Destaca que o artigo 6º. parágrafo 5º. Trata dos projetos de ensino, pesquisa e serem desenvolvidos, solicitando que haja supressão ou ressalva para que não haja perda de prazo, visto que o trâmite discriminado por atrapalhar. O pró-reitor Luciano afirma a intenção de não engessar processo, visto que é comum editais de instituições privadas que permitem uma proposta por instituição ou número limitado destas, por isso, esse dispositivo se refere a essas condições, com anuência institucional. Concorda que talvez o texto não esteja claro quanto a intenção, por isso se compromete a construir o texto e submete ao colégio para aprovação. O dirigente Eglon explica que haverá uma proposição de redação, com o pró-reitor Luciano, para o artigo 23. No artigo 24 paragrafo 4º., inciso VII, sugere a seguinte redação: indicação de qual Pró-Reitoria do Ifes



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Instituto Federal do Espírito Santo

que discipline as orientações quanto ao projeto, conforme seu tema e objetivos. Sobre o inciso IV do artigo 25 sugere a seguinte alteração: o responsável pela demanda encaminha o projeto para a Pró-Reitoria de afinidade ao tema. O dirigente Aloísio relata que há casos em que o coordenador bloqueia o projeto de pesquisa, sugerindo que além da coordenadoria também seja especificada a diretoria de pesquisa e extensão. O dirigente Eglon destaca que no artigo 37 não está claro em relação a remuneração para com os servidores, em contraponto com a dos estudantes que está bem explícito, enfatizando a necessidade de um artigo para servidores com o mesmo texto. Assim, no artigo 37, inciso III o texto será alterado, e no inciso VI será retirado as 60 horas de exceder. O Eglon faz considerações sobre o fluxograma, manifestando seu contentamento para com o documento. O pró-reitor Renato Tannure solicita que, na parte que compete a Proad, haja também a participação da Diretoria de Administração do campus. O pró-reitor Luciano destaca que somente o reitor tem competência para assinar contrato com a Facto. Carnielli, fomos orientados que poderia ser com os campi. Após discussões sobre o tema. O Colégio de Dirigentes solicita que o processo seja encaminhado a Procuradoria Federal do Ifes para emissão de parecer. O Presidente abre o **item 8** e passa a palavra para o dirigente Eglon que relata que a solicitação trata de aumento do número de vagas do campus Ibatiba, destacando que hoje há oferta 35 vagas de cada curso, sendo que a intenção é dobrar e assim, ter 70 alunos para cada curso em oferta entrada anual. O Colégio de Dirigentes se manifesta favoravelmente a solicitação de alteração de vagas para os cursos do campus Ibatiba. O Presidente abre o **item 6** e passa a palavra para o dirigente Edson que relata que essa minuta demanda de uma de insegurança jurídica, a partir de auditoria no campus Santa Teresa visto que o campus se utilizava de uma resolução do Cefetes, mas que, segundo a auditoria deveria ter uma da época da escola federal, ou uma atual do Ifes para todos os campi. Explica que a lei tem sido alterada por muitos decretos e que hoje só tem 3 artigos e que originalmente tinha 19 artigos. Destaca que o processo tramitou por toda a instituição, parabenizando a construção da minuta, e destacando a participação da Prodi, Dgp, Cepe, e também, o campus de Alegre, que forneceu o devido respaldo ao campus Cachoeiro. O pró-reitor André relata que não entendeu o inciso IV do artigo 9º. O dirigente Edson explica que no decreto 9.991 permite pedir licença capacitação e parte do tempo ser destinado a atividades voluntárias. O dirigente José Alexandre Gadioli questiona se, no artigo 12, o campus fará um seguro de vida em favor do professor Voluntário, e se essa ação é legal. O dirigente Edson explica que encontrou a possibilidade em uma resolução da Ufes e considerou-a pertinente, destaca que não tem certeza quanto a legalidade do tema. O diretor Pablo esclarece que o contrato pode ser feito nos moldes dos estagiários, cujo valor atualmente está em torno de 18 reais, sugerindo que onde especifica diretor geral seja alterado para dirigente máximo da unidade. A dirigente Walkyria destaca que esse é um tema muito importante para o campus Santa Teresa, questionando como seria revogada uma resolução do Cefetes. O Presidente explica que, de acordo com a procuradoria, na constituição do Ifes, ele se torna responsável pelo passivo normativo dos antigos órgãos que o constitui, por isso, o Conselho Superior do Ifes pode revogar as resoluções dos Cefetes e das Agrotécnicas. O dirigente Fábio questiona se a forma de ingresso será por edital ou por manifestação do candidato. O dirigente Edson explica que não foi amarrado na minuta, assim, os campi que queiram fazer por edital podem fazê-lo. O dirigente Hudson, no artigo 4º., sugere que seja excluída a possibilidade participação em concurso, justificando que a medida é uma precaução, a fim de evitar possíveis causas judiciais, além de que o Ifes possui um qualificado corpo docente para essa tarefa. Os dirigentes concordam com a sugestão. Sugere que o Termo de Adesão, conforme anexo II, celebrado entre o IFES e o



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Instituto Federal do Espírito Santo

candidato a Professor Voluntário, firmado em 3 (três) vias, conforme modelo anexo a esta Resolução, deverá ser arquivado na CGGP do campus e anexado ao processo eletrônico relativo à candidatura a Professor Voluntário, a arquivado na CGGP do campus após emissão de ato de homologação do termo de adesão. Os dirigentes concordam com a sugestão. O dirigente José Gadioli questiona o período de contrato do professor voluntário, principalmente no que tange a prorrogação, que não especifica prazo. A dirigente Regiane relata que o período de 2 anos pode se configurar vínculo empregatício. O dirigente Edson explica que não é uma substituição de professor de cargo por voluntário, é sim uma questão de complementariedade, destacando que dois anos já é muito. O dirigente Hudson sugere a seguinte redação para o artigo 6º A participação do Professor Voluntário ocorrerá por um período de até dois anos, a contar da data de assinatura do Termo de Adesão, permitida a prorrogação por até dois anos. O dirigente Aloísio da Paixão explica que na questão do professor substituto, o estabelecimento de tempo é para evitar o vínculo empregatício, para o voluntário a própria legislação deixa claro que não há vinculação. Discussão sobre o tempo de contrato. É apresentada a seguinte proposta: A participação do Professor Voluntário ocorrerá por um período de até dois anos, a contar da data de assinatura do Termo de Adesão, permitida a prorrogação por igual período. Parágrafo único. A renovação do período a que se refere o caput deste artigo envolverá a apresentação do Plano de Trabalho, sendo o processo instruído com o relatório e com a avaliação de desempenho das atividades desenvolvidas pelo Professor Voluntário no período anterior, conduzida pela Chefia imediata. O Colégio de Dirigentes aprova a proposta. Com a abstenção do dirigente Marcelo Polese, o Colégio de Dirigentes se manifesta favoravelmente ao Regulamento de Participação de Professor Voluntário no Ifes. O Presidente abre o **item 1** e passa a palavra para o dirigente Fábio que relata que os coordenadores dos cursos estão preocupados com demandas com as quais não se condizem responsáveis, ou seja, instabilidade do sistema. Explica que alguns detalhes da rotina de EAD não cabem nas atividades não presenciais, e assim os coordenadores de curso estão tendo problemas com o AVA e que o sistema automaticamente solicita que o usuário entre em contato com o coordenador, solicitando que essas rotinas fossem revistas. A dirigente Mariella explica que não é demanda para os coordenadores, esclarecendo que essas demandas sejam encaminhadas ao NTE. Explica que internet está sobrecarregada, por isso, a maior parte do problema é com a conectividade local. A diretora Danielle explica que o Cefor precisava da referência nos campi, e como há um uso massivo do AVA essa mensagem está aparecendo, destacando que essas rotinas serão ajustadas. O dirigente Octávio considera que num cenário normal os campi trabalhavam somente com atividades presenciais, no cenário atual, algumas funções passam a existir que não eram específicas do momento presencial, destacando que o campus Colatina concentra as demandas no NTE, a partir de um encaminhamento do coordenador, visto que o NTE é um canal direto com o Cefor. O dirigente Fábio manifesta sua preocupação com os servidores que estão terminando suas pós-graduação strictu sensu, vide a possibilidade de congelar os aumentos salariais, assim, estes servidores solicitam uma flexibilização das normas de aceitação, histórico e declaração de defesa. A questão é em relação ao inciso III, ou seja, o servidor precisa apresentar a emissão de diploma, e a gestão de pessoas tem segurança para emitir aceitação temporária. O dirigente Edson completa que no que tange aos professores em afastamento, o retorno traz grande impactos, dentre eles a demissão do professor substituto, solicitando que o prazo seja suspenso sem suspender o afastamento. O dirigente Octávio afirma que o posicionamento do dirigente Edson foi encaminhado para a DGP que aguarda um posicionamento de Brasília sobre o tema. O pró-reitor André destaca



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Instituto Federal do Espírito Santo

que os afastados querem retornar por causa da insegurança do momento, no entanto, argumenta que eles não estão parados, ocupando-se de trabalhos, leituras e que precisam de ter um registro que não conseguem fazer seus experimentos fora das instituições. Destaca que não existe previsão legal para isso, a gente precisa levar em consideração o que vamos fazer, sugerindo uma recontração de substituto pois eles não podem ficar mais de 2 anos. Sobre a questão dos colegas que estão terminando o minter e dinter, informa que ser divulgado um congelamento com estes termos, questão de embasamento legal, destacando que antes o Ifes tinha uma resolução de 2015 que permitia flexibilidade, mas depois do ofício circular do MEC e a orientação normativa, há condições legais para emissão do diploma. O diretor Pablo esclarece que a concessão de títulos provisórios sempre foi um problema de auditoria e controle, o servidor tem que comprovar que não tem nenhuma pendência, por isso, é um grande risco conceder IQ e RT sem o diploma definitivo. Em relação do afastamento, destaca a construção de uma minuta de formulário eletrônico para o servidor solicitar a suspensão, para que assim não seja necessário a rescisão do contrato com o professor substituto. O Presidente abre o item 18 e relata que tem se baseado, em todas discussões sobre atividades não presenciais, no tripé: formação, conexão e equipamento. Destacando que no que tange à formação, por meio do Cefor, há uma produção massiva de capacitação para os docentes. Assim, enfatiza a intenção de tratar hoje da questão da conexão, destacando que equipamentos será tratado em reunião futura. Explica que há um trabalho em conjunto do Conif, Setec para atuar no tripé citado, divulgando que a disponibilização de um link seja muito difícil para a instituição, talvez seja possível, para o MEC, afirmando que é uma situação que extrapola nossa situação financeira. A seguir passa a palavra para a pró-reitora Adriana que destaca que última reunião do Fórum de Diretores Gerais chegou a um acordo sobre o auxílio de inclusão digital, a partir de um levantamento da educação especial e da monitoria. Explica que iniciaram as discussões, e que elas não têm sido fáceis, visto que há diversas opiniões e interpretações, destacando que há fóruns que são contrários às atividades não presenciais. Informa que ontem foi encaminhada, aos Napnes, a solicitação de necessidades para a educação especial, destacando que o levantamento para os monitores está pronto e será encaminhado para o dirigente Octávio. Relata que o ofício solicitando o levantamento de demandas causou mais discussões no ifes, questionamentos de diversas questões, explicando que ainda está na fase de estudos sem quaisquer definições. Informa que o FIAE não concorda com o ensino remoto, e que por isso, a solicitação de trabalhar na proposta de auxílio de inclusão digital, no início, não foi bem recebida, depois, relata que foi possível um pequeno avanço, divulgando que, para o FIAE, o auxílio não deve passar pelo viés da assistência estudantil, pois, como não foram ouvidos durante o processo de regulamentação das ANPS's, argumentam que tem dificuldades de participar no tempo exigido pelo Ifes. A seguir lê a carta enviada pelo FIAE. Explica que não está em pauta as atividades não presenciais, visto que já foram autorizadas, destacando que, se o pedido de proposta foi em tempo curto, é em virtude da situação de excepcionalidade do momento. Relata que houve uma reunião com o Reitor e os pró-reitores, em que se estudaram os auxílios concedidos por outros institutos, alguns mais amplos, outros exclusivos para a inclusão digital. Assim, explica que será encaminhada uma proposta para o Fórum de Diretores-gerais, que será bastante simplificada, não fará uso do recurso da assistência estudantil, detalhando, basicamente, como será o pagamento e será a comprovação. O Presidente destaca que a carta foi recebida ontem, e que o assunto atividades não presenciais já foi tratado e decidido, não cabendo mais discussão. Informa a intenção de elaborar uma norma simples, tendo em vista a excepcionalidade do momento,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Instituto Federal do Espírito Santo

considerando os números que foram levantados pelos alunos que não têm condição de conexão. Divulga que o Ifes conseguiu 1 milhão de reais via TED, disponível a partir de semana que vem, para uso específico para conexão de nossos alunos, e assim, as especificidades dos campi serão identificadas, propondo que os trabalhos se iniciem na próxima segunda-feira. Explica que será elaborada uma portaria com os critérios para a concessão do auxílio, destacando que há companhias exigindo um contrato, mínimo, de um ano, e que, basicamente, a proposta é depositar 100 reais na conta dos alunos, sendo uma reposta rápida para quase 1000 alunos que não tem conexão. O dirigente Aloísio da Paixão parabeniza a ação, destacando que por ela, os estudantes vão se sentir atendidos. No entanto, ressalta que a fala da pró-reitora Adriana é importante e também muito preocupante, uma vez que a instituição, por meio de seus órgãos colegiados, aprovou a realização das atividades não presenciais, e os fóruns, apesar de serem parte relevante do Ifes, têm que entender que é essa uma ação institucional, é um apelo, e se não for para atender neste momento, quando será. O Presidente declara que os fóruns são órgãos de assessoramento do Cepe, enfatizando que não quer participar desta discussão, tanto no aspecto técnico quanto no conteúdo, uma vez que as atividades não presenciais estão regulamentadas. Relata que apesar do fórum se posicionar contra uma decisão institucional, muitas vezes essas pessoas já participaram da discussão nos campi, enfatizando que no Ifes só existe um órgão que é deliberativo. A dirigente Walkyria ao endossar as falas anteriores, destaca que esta temática já foi muito discutida, cada campus já identificou o quantitativo de estudantes que precisão de recursos, informando que o campus Santa Teresa disponibilizou para entregar material entregar nas comunidades rurais, e solicita informações de como será a prestação de contas deste recurso. O Presidente esclarece que já há uma manifestação do procurador, assim, o recurso será descentralizado para facilitar e agilizar o pagamento, que será por meio de depósito na conta do aluno. O dirigente Hudson relata que os alunos em que o saldo estiver negativo, o depósito servirá para quitar o débito com o banco, destacando que boa parte dos alunos assistidos estão sem dados, nem ao menos cpf. O Presidente sugere que se deve se trabalhar primeiro com os assistidos e depois com os outros. O dirigente José Gadioli destaca que não pode perder a oportunidade de fazer bem para as pessoas, não pode ter medo de fazer as coisas, enfatizando que os dirigentes estão fazendo um trabalho sério, honesto, e se ao menos um aluno for contemplado com a conexão, ficará muito satisfeito. O dirigente Diemerson parabeniza o Presidente e a pró-reitora Adriana pela maneira como estão conduzindo o processo. Alerta para o rumo e a dinâmica que os fóruns estão tomando no Ifes, exemplificando um episódio muito constrangedor em um Fórum. Solicita que o Ifes discuta seriamente essa dinâmica, destacando que a assistência estudantil é gerenciada pelos ordenadores de despesa, e que não se pode fazer uma leitura distinta de um recurso em que os dirigentes são ordenadores. O Presidente destaca a oportunidade única de auxiliar os alunos, sendo que semana que vem a discussão será sobre equipamentos. Enfatiza a necessidade do diálogo sem adentrar nas discussões politizadas. O dirigente Carnielli manifesta sua tristeza em ouvir um relato por escrito por um grupo de servidores, principalmente neste momento. Informa que não é favorável a responder essas manifestações, no entanto, a situação é diferente, visto que se pode concordar ou não com uma proposta, mas quando ela se torna uma resolução, uma determinação institucional, o único caminho é cumprir. Sugere a redação de um texto para demonstrar a insatisfação dos dirigentes com a postura do FIAE. O pró-reitor Renato Tannure relata que se há um problema que afeta o acesso à educação é necessário buscar uma solução. É um absurdo se acomodar na inatividade, achando que não fazer nada é melhor solução. Se o problema é a inclusão digital, deve-



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Instituto Federal do Espírito Santo

se incluir, prover os meios, uma vez que ficar parado esperando tudo isso passar é a pior atitude, é excluir todos. A dirigente Sandra concorda com o dirigente Carnielli, colocando-se à disposição para a redação do texto. O dirigente André Sampaio destaca que a melhor resposta é fazer o trabalho sério e belíssimo que sempre fizemos. O pró-reitor André Romero ao parabenizar o trabalho do Presidente e diretores-gerais, manifesta sua tristeza ao ver a quantidade de calúnias, ataques injustos, situação tão extrema diante desse momento de excepcionalidade. O dirigente Edson destaca que as pessoas desconhecem o que é a democracia representativa, pois nem todos os espaços são possíveis de uma democracia total. Expõe sua tristeza ao perceber que as assistentes sociais, vão abrir mão de um conhecimento que seria muito útil neste momento, no entanto, ao parabenizar os presentes, destaca que deve-se fazer o melhor com o que temos, solicitando a escrita de resposta. O dirigente Eglon se coloca favorável a elaboração da resposta, parabenizando a conquista visto que o valor é muito representativo visto que possibilita a inclusão dos nossos alunos, questionando como será a liberação do recurso. O Presidente explica que se deve fazer a liberação do financeiro na semana que vem. O dirigente Octávio solicita que se faça uma reflexão sobre dar o troco na mesma moeda, destaca que a carta do FIAE foi dura, mas que se deve pensar de forma inteligente, trabalhar dentro da legalidade, fazendo os enquadramentos necessários, assim, sugere que o processo seja agilizado nos termos solicitados pelo Presidente. O dirigente Leandro destaca que esse posicionamento não tem acontecido apenas em fóruns, visto a dificuldade de se implementar as atividades não presenciais, solicitando que se discuta isso a fundo. Explica que, no moldes de democracia representativa, há várias observações sobre o formato e discussão, no entanto, uma vez aprovado, é necessário a contribuição. O Presidente esclarece que será encaminhada uma regra-geral, baseado em proposta de outros institutos, para o Fórum de Diretores-gerais para análise, no entanto, a execução será de cada campus, baseada no quantitativo de alunos e valor mensal. O pró-reitor Luciano apresenta o levantamento de informações sobre conectividade dos estudantes, a partir de dados extraídos em 20/05/2020: alunos sem computador em casa: 2285; alunos sem acesso a internet: 814; alunos sem smartphone: 385; alunos sem computador, sem acesso à internet e sem smartphone: 174. A pró-reitora Adriana que o documento será melhorado, será uma tarefa conjunta, destacando que a parte de prestação de contas não está detalhada, e que o documento será encaminhado hoje. Coloca-se à disposição para qualquer necessidade, enfatizando que para as partes técnicas são realizadas pelos fóruns, mas que, infelizmente, para o assistência estudantil perdeu-se essa assessoria. O Presidente destaca que haverá uma reunião para tratar de equipamentos, na segunda-feira, às 9 horas. Sobre as férias, destaca que somente o IFPA antecipou as férias, por conta de uma situação local, os demais estão mantendo as férias programadas, que pode servir de consideração, sugerindo a manutenção das férias. O dirigente Hudson acredita que haverá repercussão negativa se as férias forem mantidas, solicitando análise do cenário, por causa das férias do meio do aluno. O Presidente explica que os institutos que estão sentindo necessidade de dar uma parada para fazer algum ajuste de condução das coisas. O dirigente Carnielli destaca que o trabalho fecharia na véspera do período de férias, período normal, argumentando que se não der férias agora, o dia que retornar, haverá férias de 15 dias. O dirigente Aloísio destaca que para os técnico-administrativos as férias estão sendo mantidas. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declara a reunião encerrada. Eu, Alessandro Gonçalves de Assis, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes.